

No debate atual sobre a Amazônia a questão ambiental é um aspecto que vem sendo muito destacado pela imprensa em geral, embora esta problemática seja um dos elementos que constituem o debate global sobre o destino da região, de vital interesse para os seus povos, para o conjunto da sociedade nacional e para o mundo como um todo.

Na atual conjuntura, a tentação para debater a questão ambiental da Amazônia enquanto uma questão isolada é muito grande. A produção de materiais que se detém exclusivamente sobre a biodiversidade do patrimônio biológico da região, dos ciclos hidrológicos e atmosféricos, da formação e dinâmicas ecossistêmicas é prova desta afirmação. Ao lado da produção, de caráter conservador na escala do próprio movimento ecológico, um rol de debates que pautam diferentemente a questão ambiental por incluírem nesta discussão o elemento fundamental, sem o qual perdemos o eixo da resolução dos problemas ambientais: o homem da região. Categoria que se explicita por uma grande diversidade, composta de nações indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, posseiros ao lado de vários outros sujeitos políticos, o homem amazônico vem sendo um elemento de destaque no debate, em decorrência da luta travada por Chico Mendes, cuja experiência despertou interesse internacional sobre formas populares de luta pelo meio-ambiente.

Em especial pela captura da dimensão social, a questão ambiental torna-se parte de uma pauta em que a discussão central são as consequências de um processo de ocupação que ao procurar a integração completa da área à chamada economia de mercado, gera depredação, expropriação, violência, injustiça e impunidade das elites locais. Particularmente, este processo de ocupação reporta à presença de grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, cuja atuação, forte a partir do regime militar, inscreve-se em um processo ainda mais amplo, associado à expansão do capitalismo em escala mundial.

Pensando-se globalmente a expansão do capitalismo, a Amazônia constitui-se ao lado da Antártida e do Oriente Médio, um dos três espaços geográficos em que a disputa pelos recursos naturais está colocada de forma clara e inequívoca. Ainda que o Oriente Médio seja uma região em que a disputa geopolítica seja internacionalmente conhecida e na Antártida ela ainda se processe em termos de uma discussão onde o parcelamento do continente em áreas (setores) de atuação preferencial de alguns países é o eixo da cobertura pela imprensa e a principal demanda da opinião pública, apenas a Amazônia concorre com um viés ambientalmente ambiental. Mesmo no caso da Antártida, face ao problema da camada de ozônio, a questão ambiental não alcança nem de longe a dramaticidade da depredação em curso na Amazônia. Neste sentido, a necessidade do movimento sindical posicionar-se à respeito do tema, pontualmente e com um conjunto articulado de propostas e orientações é urgente.

As razões para este esforço são muito claras. Em um mundo em que a biotecnologia desponta como um dos ramos científicos de maior avanço, com carência de matérias-primas, de recursos hídricos e mesmo de espaços físicos para a reprodução do capital, é evidente a importância da Amazônia na estratégia global do capitalismo: A violência social e ambiental deste processo é resultante da fome de expansão do sistema, que procura manter os padrões de acumulação decorrentes do tipo de inserção do Brasil na ordem mundial.

Propostas preservacionistas não estão desvinculadas de um projeto de manutenção do capitalismo, pois associam-se, conscientemente ou não, à preocupação em garantir as bases físicas do capitalismo para o século XXI. Assim, é necessário trabalhar a perspectiva ambiental para melhor compreender as políticas elaboradas para a Amazônia e também para

uma contrapartida na perspectiva dos trabalhadores, onde a preservação do meio-ambiente esteja colocada para garantir a perpetuação da vida em sua globalidade.

Neste sentido, são as populações tradicionais da Amazônia que formam o patamar importante de discussões, pois pescadores, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros categorias sociais cuja relação com o meio-ambiente está em concordância com os ciclos naturais dos diferentes ecossistemas nos quais vivem. "Unidade na Diversidade" não é a colocação abstrata. É o reconhecimento de uma realidade concreta, onde o aspecto social não pode ser desconectado do ambiental. A luta dos Povos da Floresta, na defesa da integridade da floresta equatorial, dos ciclos naturais dos rios e dos demais componentes da paisagem natural da região, não estão lutando romanticamente para "defender a natureza". Tal imagem, além de estereotipada não traduz uma articulação muito mais profunda em que a defesa do patrimônio natural manifesta claro inconformismo frente à um modelo de desenvolvimento que transforma o meio-ambiente em uma mercadoria extremamente volátil, descartável e de elevado custo ambiental. Nisto se prende a resistência destas populações tradicionais, indiscutivelmente senhoras das áreas em que secularmente estão instaladas.

A atuação destes grupos sociais coloca não só para o movimento sindical mas também para o movimento ecológico o desafio em compreender o seu próprio campo político, encaminhando uma releitura de uma visão ortodoxa em economia no caso do movimento sindical e recuperação da esfera do político como um canal que deve ser valorizado pelo movimento ambientalista.

Na Amazônia, a luta pela transformação social tem associação direta com com uma crítica do modelo de desenvolvimento, apontando para uma transformação que além de social, também é ecologicamente responsável. A articulação da resistência dos trabalhadores com a preocupação ambiental originou a proposta das Reservas Extrativistas, autêntica realidade amazônica da Reforma Agrária, pela qual o Estado fica responsável pela desapropriação de vastas extensões de matas para usufruto (renovável) por trinta anos por parte das populações extrativistas. Esta conjugação, criada pelas lutas dos Povos da Floresta, inverte o sentido imposto pelo capital na região, onde as concessões encaminhadas pelo poder público beneficiavam uma minoria, os seringalistas, em detrimento do trabalhador migrante e dos povos indígenas, contra os quais eram jogados os seringueiros.

No caso dos povos indígenas, pesa o proverbial autoritarismo das elites dirigentes, dos latifundiários e do secular preconceito que lhes nega o direito pleno à cidadania. Este conjunto de visões e práticas autoritárias lhes nega também uma relação diferenciada com o meio-ambiente, fruto de uma leitura própria de sociedade com um enraizamento específico na região e uma tradição histórica de vetor original, um acúmulo milenar de conhecimentos que o "mundo branco" não está capacitado a decifrar. As populações indígenas encontram nos demais setores da população oprimida aliados estratégicos na busca de uma nova sociedade, que contemple aspirações sociais e ambientais. Nesta conjugação de esforços, de lutas comuns, os Povos da Floresta resgatam temas como direitos das minorias, o direito à diferença e à diversidade. O ambiental reaparece nesta discussão, pois diferentes modos de vida subentendem diferentes formas de relacionamento com a Natureza.

Assim, é inevitável abordar o viés ecológico da problemática amazônica, ainda que em alguns casos isto reporte meramente ao plano simbólico. A defesa da Amazônia compreende um posicionamento claro e correto por parte dos que estão preocupados com a luta dos oprimidos desigualmente integrados na sociedade nacional. É uma discussão que garante um fecho metodológico e político indispensável ao equacionamento da problemática da

ção.

No entanto, deve também ficar claro que uma visão ambientalista inspirada em modelos dos países centrais é inadequada para a realidade do Terceiro Mundo, na qual se insere a Amazônia. Na periferia do Mundo Capitalista coloca-se a todo o momento a necessidade de incluir a dimensão social quando se discute o ambiental; e ao pautarmos o social, indexarmos igualmente a perspectiva da luta de classes, esta última conjugada com o compromisso estratégico de construir uma sociedade socialista. Os últimos acontecimentos do Leste Europeu, onde a pressão das massas derrubou de um só golpe regimes desvinculados das propostas originais do pensamento socialista, a discussão ecológica sai valorizada, pois poucos poderiam na atualidade pretender a construção de um modelo moderno de socialismo que excluísse a dimensão ambiental. Se é verdade não ser suficiente a preocupação em construir uma sociedade socialista que se despreocupe das lutas ditas "menores", tais como a luta anti-racista, a luta pelos direitos das mulheres e tantas outras, também é verdade que a ausência da questão ambiental nas reivindicações dos movimentos sociais e dos projetos políticos mais amplos compromete a contemporaneidade de um projeto cuja preocupação com a atualidade deve ser constante.

Observa-se crescente mobilização em torno de lutas que mesmo não recebendo o título de "ecológicas", possuem concretamente esta interface. É o caso dos atingidos por pragas, dos pescadores artesanais, dos trabalhadores rurais atingidos por agrotóxicos de categorias como as Nações indígenas. Em várias situações pleiteia-se o zoneamento ecológico como premissa para o planejamento territorial, ao passo em que cresce a consciência da inevitabilidade de racionalizar a relação do Homem com uma Natureza que não deve ser interpretada como mero "recurso natural". Esta nova visão de mundo progride juntamente com as lutas do povo organizado, onde a participação popular é instrumento e metodologia política.

Estas lutas, no sentido regional, nacional e internacional voltam-se, direta ou indiretamente, contra os mecanismos de opressão econômica, como a Dívida Externa, cuja responsabilidade pelos impactos ambientais deve ser constantemente lembrada para que na consciência de todos, a Natureza não possa ser rebaixada ou desqualificada para legitimar processos que visam salvaguardar pequenas áreas florestais em troca de parcelas de um débito cuja responsabilidade não é e nem nunca foi da classe trabalhadora.

Finalizando, temos que a reprodução de idéias que unem o universo das lutas sociais com o meio-ambiente, articuladas em torno do signo das conquistas democráticas, foram uma das utopias sociais mais profundas deste fim de século, potencializadas na especificidade do Terceiro Mundo, pelo conhecimento popular. Mesmo que os diferentes setores oprimidos da Amazônia não se sintam "ecológicos", eles podem e devem ser trabalhados para assumirem esta pauta de reivindicações. O avanço do discurso neo-liberal na economia, unido à "alta tecnologia" frequentemente confundida com "modernidade" tem originado os mais violentos desastres ecológicos do mundo, como no caso do Projeto Grande Carajás (PGC), Pôrto Trombete, Tucuruí, Balbina, Projetos Agropecuários e de Mineração. Contrapor a estes processos uma referência com ligação orgânica com a região e os seus povos, não constitui uma hipótese. Constitui a única forma de adequar o sentido geral das lutas contemporâneas com a consciência que as populações da Amazônia possuem de si mesmas e de seu meio-ambiente.